

ATA NÚMERO 106/XII/2ª SL

22.janeiro.2013 – 15h00

Aos 22 dias do mês de janeiro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Projeto de Lei n.º 324/XII/2.ª, do PCP, Regime Jurídico da Educação Especial

- Apresentação pelo autor da iniciativa

5. Projeto de Lei n.º 324/XII/2.ª, do PCP, Regime Jurídico da Educação Especial

- Apreciação e votação do parecer
- Autor do parecer: Deputado Jacinto Serrão – PS

6. Petição n.º 212/XII/2.ª da iniciativa de António Manuel Neves Vicente “pelo cumprimento das obrigações legais do Estado para com o ensino superior e a ciência”

- Apreciação e votação do Parecer
- Deputado Relator: Pedro Delgado Alves - PS

7. Audição do Comité Paralímpico, sobre a avaliação da participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos de Londres, 2012 - 15h30

8. Proposta de Lei n.º 108/XII/2.ª, do Governo, Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho recreativo em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões.

- Discussão e votação na especialidade

9. Projeto de Resolução 552/XII/2.ª, do BE, que Exige o respeito pelo acordo alcançado no Conselho de Fundadores da Casa da Música relativo à subvenção mínima estatal para o ano de 2013

- Discussão

10. Projeto de Resolução 553/XI/2.ª, do PCP, que Recomenda ao Governo que garanta o financiamento capaz de permitir a concretização da programação cultural da Casa da Música

- **Discussão**

11. Relatório de progresso sobre a Aplicação das Resoluções da Assembleia da República referente à 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

- **Apreciação**

12. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos [COM(2012)669]

- **Apreciação do relatório**
- **Autora do parecer:** Deputada Maria José Castelo Branco (PSD)

13. Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 723/2009 relativo ao quadro jurídico comunitário aplicável ao Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC) [COM(2012)682]

- **Apreciação do relatório**
- **Autora do parecer:** Deputada Elza Pais (PS)

14. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO sobre conteúdos no mercado único digital [COM(2012)789]

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Autor do parecer:** PCP

15. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - O sistema das escolas europeias em 2011 [COM(2012)797]

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Autor do parecer:** CDS-PP

16. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que sobre a extinção da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e a integração das suas funções na Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), requer as audições do Presidente demissionário do Conselho Executivo da Fundação para a Computação Científica Nacional e dos três cientistas que escreveram uma carta, a 21 de Dezembro de 2012, ao Sr. Ministro da Educação e da Ciência a alertarem para as consequências negativas da extinção da FCCN e da sua integração na FCT, nomeadamente, Carlos Salema (ex-presidente da JNICT e da FCCN), Luís Magalhães (ex-presidente da FCT e da UMIC) e João Sentieiro (ex-presidente da FCT).

- **Análise e votação**

17. Outros assuntos

18. Data da próxima reunião

Dia 29.janeiro.2013

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) solicitou o adiamento dos pontos 9 e 10 para a próxima reunião da Comissão, o que foi aceite.

Com estas alterações, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões da Comissão de 8 e 9 de janeiro foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente comunicou que a audição dos Secretários de Estado do Ensino Básico e Secundário e do Emprego, por requerimento do PSD e do CDS-PP, foi agendada para o dia 29 de janeiro, às 15h00.

3.2. Relativamente às audições regimentais com o Secretário de Estado da Cultura, foram fixadas as seguintes datas, na sequência de contraproposta do Gabinete do Sr. Secretário de Estado:

- 20 de fevereiro de 2013
- 24 de abril de 2013
- 12 de junho de 2013

3.3. Transmitiu ainda que a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública solicitou um parecer sobre a Conta Geral do Estado 2011, que deverá ser remetido até ao dia 27 de fevereiro, cabendo ao CDS-PP a elaboração do parecer.

3.4. O Sr. Presidente referiu-se ainda à Petição n.º 184/XII, Educação Física e à comunicação que os peticionários dirigiram à Comissão, em que questionam, entre outras matérias, a não auscultação de algumas entidades, nomeadamente universidades, organismos nacionais e internacionais e associações da área da saúde; estranham o parecer do relator e outras informações do relatório e consideram que a resposta do Ministro da Educação e Ciência é incompleta e revela contradição nas afirmações relatadas.

O Sr. Deputado relator, Paulo Cavaleiro, afirmou que preparará uma resposta para ser enviada aos peticionários.

3.5. O Sr. Presidente ainda que foram já designados os Deputados para o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico, que a seguir se indicam, e solicitou a apresentação de uma proposta de mandato e de plano de atividades, para posterior aprovação pela Comissão.

| | |
|------------------|--------------------------|
| Coordenação (PS) | Dep. Carlos Enes |
| PSD | Dep. Rosa Arezes |
| PS | Dep. Gabriela Canavilhas |
| CDS-PP | Dep. Michael Seufert |
| PCP | Dep. Miguel Tiago |

| | |
|-----|-------------------|
| BE | Dep. Luís Fazenda |
| PEV | - |

Sugeriu ainda que sejam contactadas as embaixadas da CPLP, no sentido de se perceber qual o ponto de situação de cada um dos países em relação à aplicação do Acordo, tendo-se disponibilizado para participar nesses encontros.

- 3.6.** Relativamente aos restantes Grupos de Trabalho (GT) e Relatores, chamou a atenção para a necessidade de serem calendarizadas as respetivas atividades, em especial as dos GT dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário e do Parlamento dos Jovens, para articulação com o calendário global da Comissão.

No que concerne ao Relatório da Educação para o Empreendedorismo, foi decidido suspender a sua atividade, dada a indisponibilidade do Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP).

O Sr. Presidente referiu-se ainda à Conferência sobre Juventude, tendo solicitado ao Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) a apresentação de um programa, retomando a proposta que apresentou na anterior sessão, dedicada à Juventude e a Solidariedade Inter-Generacional.

No que se refere ao Plano de Atividades da Ciência, o Sr. Presidente lembrou que foi distribuída a versão final, na sequência das propostas apresentadas pelo PSD e pelo BE, na última reunião da Comissão. O plano prevê, entre outras iniciativas, a audição do presidente do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado, que foi agendada para o dia 30 de janeiro, a visita ao projeto Querença (a agendar) e uma audição pública dos Laboratórios Associados, agendada para o dia 20 de março.

- 3.7.** O Sr. Presidente comunicou que foram recebidos os seguintes pedidos de audiência, tendo sido deliberado o seguinte, em relação a cada um:

- Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino (SIEE), afetos à Inspeção-Geral da Educação e Ciência e às Inspeções Regionais de Educação das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, sobre as condições de trabalho e situação socioprofissional, a fuga para a aposentação e as medidas apresentadas em sede do último Relatório do FMI, nomeadamente do ponto 38 do respetivo Sumário Executivo. Esta audiência será agendada através do sistema do Deputado-Piloto, tendo sido indicado o Deputado João Prata (PSD) para proceder à sua calendarização.
- Samuel de Paiva Pires (bolseiro), para apresentar uma denúncia relativa à atuação da Fundação para a Ciência e Tecnologia, mais especificamente, quanto à atribuição de bolsas de doutoramento no concurso de 2012, na área da Ciência Política. Esta audiência será agendada através do sistema do Deputado-Piloto, tendo sido indicada a Deputada Elza Pais (PS) para proceder ao agendamento
- Associação Nacional de Professores para apresentar as conclusões da I Conferência Internacional "Deontologia e Autorregulação das Profissões da Educação". A audiência será agendada através do sistema do Deputado-Piloto, tendo sido indicada a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) para proceder ao agendamento.

- 3.8.** O Sr. Presidente lembrou ainda que a Comissão recebe a Associação Gap Year Portugal, no dia 23 de janeiro, pelas 11h30, uma audiência coordenada pelo Deputado Michael Seufert (CDS-PP).

3.9. Por último, o Sr. Presidente referiu que foi distribuído o relatório da audição do Grupo de Trabalho do Desporto ao presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, Dr. Augusto Baganha, não se tendo registado observações em relação ao mesmo.

4. **Audição do Comité Paralímpico de Portugal**, sobre a avaliação da participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos de Londres 2012.

Em representação do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) estiveram presentes: Humberto Santos (Presidente), Carlos Lopes (Chefe de Missão) e António Carneiro (diretor técnico).

O Sr. Presidente do Comité Paralímpico agradeceu a oportunidade de poder partilhar as vivências dos últimos meses e fazer o balanço da prestação dos atletas nos Jogos Paralímpicos de Londres. Começou por referir que esta foi a primeira participação sob a égide do CCP, em que Portugal participou com uma missão de 30 atletas, 22 do sexo masculino e 8 do sexo feminino, com uma idade média de 32,7 anos. Competindo em 5 modalidades (atletismo, boccia, equitação, natação e remo), Portugal conquistou 3 medalhas (1 de prata e 2 de bronze) e 18 diplomas, tendo-se posicionado no 63.º lugar do medalheiro.

Acreditando que todos os atletas deram o seu melhor, procurando alcançar as melhores classificações, reconheceu que os resultados corresponderam a uma das menos bem conseguidas participações em Jogos Paralímpicos, o que terá ficado a dever-se a um conjunto de fatores, de entre os quais destacou os seguintes:

- Aumento no número de países participantes e de atletas presentes nos Jogos (em Pequim 146 países e 1431 atletas / em Londres 164 países e 1522 atletas), o que fez aumentar o nível competitivo das provas;
- A não renovação da Missão Paralímpica (60% dos atletas de Atenas estiveram presentes em Londres) e a necessidade de se apostar no recrutamento e na formação de novos atletas e em diferentes modalidades;
- As condições de treino e de competição ao longo de todo o ciclo paralímpico. A este propósito, chamou a atenção para a necessidade de considerar áreas a descoberto, como, por exemplo, o apoio psicológico aos atletas;
- Constrangimentos ou situações que destabilizam os atletas, como por exemplo, atrasos no pagamento de bolsas.

Apesar destes fatores, considerou que a participação portuguesa nos jogos de Londres foi positiva, sendo que as 3 medalhas e os 18 diplomas representam 21 resultados de relevo em 30 atletas.

Por fim, deixou algumas sugestões para reflexão, que poderão ser consideradas aquando da preparação de futuras missões paralímpicas:

- Necessidade de diversificar modalidades e garantir o rejuvenescimento de atletas;
- Necessidade de assegurar maior participação financeira;
- Melhorar o quadro de apoio aos atletas, o que foi, aliás, sugerido no estudo encomendado pelo IPDJ, sobre a avaliação do impacto do financiamento público dos Ciclos Olímpicos e Paralímpicos;
- Necessidade de revisão do valor das bolsas;
- Necessidade de cumprimento de compromissos e prazos.

Por último, realçou o facto de, pela primeira vez, se realizar uma cerimónia conjunta da Missão Olímpica e Paralímpica de apresentação de cumprimentos ao Senhor Presidente da República

e à Senhora Presidente da Assembleia da República e destacou o apoio e reconhecimento do Governo português, expressos com as presenças, em Londres, do Senhor Primeiro Ministro, dos Secretários de Estado da Solidariedade e Segurança Social e do Desporto e Juventude, e ainda, do Sr. Presidente do IPDJ. Lamentou ainda a reduzida cobertura televisiva, entendendo que correspondeu a uma oportunidade perdida de divulgação do desporto para deficientes.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD), que colocou algumas questões, nomeadamente sobre a avaliação do trabalho do CPP neste ainda curto período de vida, sobre as alterações que devem ser introduzidas, sobre os ganhos e perdas do CPP em relação à Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, sobre o peso das verbas da parte pública e privada. Perguntou ainda se o CCP dispõe de algum documento estratégico, de âmbito desportivo, para além daquele que apresentou ao Governo.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) questionou o presidente do CPP sobre o modelo que deve ser adotado para o trabalho com estes cidadãos, para que eles pratiquem desporto e atinjam resultados que lhes permitam competir nos Jogos Paralímpicos. Perguntou ainda se prevê que haja concertação com a Federação de Desporto para Deficientes, de forma a rejuvenescer o cartaz de atletas, e solicitou ainda um comentário ao estudo encomendado pelos IPDJ.

O Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP) referiu-se à importância dos resultados e à necessidade de se analisarem as causas do decréscimo de medalhas. Perguntou ainda se o modelo de financiamento por treinador e atleta é adequado ou se deverá ser alterado. Quis ainda conhecer o ponto de situação dos acordos com as federações, no sentido do alargamento das modalidades, e se existe alguma negociação com o Ministério da Educação e Ciência relativamente à prática desportiva a nível escolar, de forma a iniciar os jovens, o mais cedo possível, na prática desportiva.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) perguntou se as metas para o Desporto para Deficientes e o Programa Esperanças estão vertidos nas negociações com o Governo. Reconhecendo a necessidade de melhorar o nível de financiamento, perguntou se não consideram que existe uma lacuna ao nível do programa de desenvolvimento desportivo, relativamente à deteção de talentos. Perguntou ainda de que forma o Estado português dá resposta a uma política de bem-estar e que deve refletir-se na capacidade de obtenção de medalhas.

O Sr. Presidente da Comissão lamentou a fraca cobertura televisiva dos Jogos Paralímpicos, considerando fundamental que seja suprido este défice. Perguntou ainda se existem contactos com os países da CPLP, no sentido de uma cooperação lusófona, e se têm indicadores dos impactos dos Jogos Paralímpicos, quer ao nível da participação da prática desportiva, quer ao nível do desenvolvimento do desporto nos clubes e coletividades.

Em resposta às questões colocadas, o Sr. Presidente do CPP referiu-se ao estudo encomendado pelo IPDJ, relativo à avaliação do impacto do financiamento público dos Ciclos Olímpicos e Paralímpicos, afirmando que alertou o Governo para um conjunto de equívocos e incorreções e esclareceu que integram o Comité Paralímpico de Portugal 19 federações, sendo que o CPP articulou, com todas elas, do ponto de vista do desenvolvimento e da preparação e participação das missões.

Referiu-se ainda ao contrato programa dos Jogos do Rio de Janeiro, afirmando que terão de contemplar o Contrato Esperanças e o Desporto Feminino.

Em relação ao financiamento, considerou fundamental a componente privada de participação, pese embora os contactos efetuados para os próximos Jogos tenham sido, até ao momento, infrutíferos. Realçou ainda a necessidade de oferecer um outro tipo de apoio aos atletas, lembrando que a preparação paralímpica é, por natureza, mais onerosa.

Referiu-se aos contactos que têm existido com os países da CPLP, afirmando que espera poder acentuar e reforçar uma relação em que todos acabam por beneficiar. Afirmou ainda não dispor de indicadores relativamente ao impacto dos Jogos, pese embora, no imediato, se registre um aumento considerável do fluxo de contactos.

Por último, considerou fundamental o trabalho nas escolas, ao nível do desporto escolar, e também dos clubes, bem como o envolvimento das federações. Defendeu ainda a necessidade de introduzir novas dimensões ao desporto para deficientes, investindo numa investigação séria e criando condições para o trabalho dos atletas de alta competição.

A documentação da audição, na qual se inclui a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Projeto de Lei n.º 324/XII/2.ª, do PCP, Regime Jurídico da Educação Especial

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) informou que prescindia da apresentação do Projeto de Lei, não se tendo registado quaisquer objeções.

6. Projeto de Lei n.º 324/XII/2.ª, do PCP, Regime Jurídico da Educação Especial

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

7. Petição n.º 212/XII/2.ª da iniciativa de António Manuel Neves Vicente “pelo cumprimento das obrigações legais do Estado para com o ensino superior e a ciência”

O relatório final da petição foi apresentado pelo deputado Pedro Delgado Alves (PS), tendo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, do PS e do CDS-PP, registando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

8. Proposta de Lei n.º 108/XII/2.ª, do Governo, Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho recreativo em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões.

De harmonia com a deliberação da Comissão, a votação foi inicialmente feita, a título indiciário, no Grupo de Trabalho do Desporto, o qual reuniu no dia 18 de janeiro, com a presença dos deputados do PSD, do PS e do CDS-PP, registando-se a ausência do deputado do PCP.

Nessa reunião foi consensualizado que a votação seria feita em dois blocos, o primeiro com as propostas de alteração apresentadas e o segundo com as normas da Proposta de Lei em relação às quais não havia alterações. Tendo sido dadas indicações pelo deputado coordenador em relação às propostas de alteração, procedeu-se de seguida à votação sequencial dos dois blocos, tendo os mesmos sido aprovados, com os votos a favor dos deputados do PSD e do CDS-PP e a abstenção do deputado do PS.

Na reunião da Comissão de 22 de dezembro pronunciaram-se os deputados Miguel Tiago (PCP) e Laurentino Dias (PS), justificando a sua intenção de abstenção e bem assim o deputado Pedro Pimpão (PSD), que referiu os contributos recebidos em relação à Proposta de Lei e as propostas de alteração apresentadas pelo PSD e CDS-PP. Nessa sequência, foram

confirmadas as votações feitas no Grupo de Trabalho, registando-se os votos a favor dos deputados do PSD e do CDS-PP e a abstenção dos deputados do PS, do PCP e do BE, estando ausente a deputada do PEV.

A gravação da reunião da Comissão, bem como os contributos recebidos sobre a iniciativa, o quadro comparativo das propostas, o relatório de votação, o texto final e as propostas de alteração apresentadas pelos vários Grupos Parlamentares, podem ser consultados na base de dados da atividade legislativa e do processo legislativo parlamentar (PLC), na [Proposta de Lei n.º 108/XII](#).

9. Projeto de Resolução 552/XII/2.^a, do BE, que Exige o respeito pelo acordo alcançado no Conselho de Fundadores da Casa da Música relativo à subvenção mínima estatal para o ano de 2013

Adiado.

10. Projeto de Resolução 553/XI/2.^a, do PCP, que Recomenda ao Governo que garanta o financiamento capaz de permitir a concretização da programação cultural da Casa da Música

Adiado.

11. Relatório de progresso sobre a Aplicação das Resoluções da Assembleia da República referente à 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura

O Presidente da Comissão informou que foi apreciado na Conferência de Presidentes o relatório em causa, que inclui a informação dos serviços de apoio e questionou se havia observações ao mesmo, não se tendo registado nenhuma intervenção.

12. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos [COM(2012)669]

Na sequência da apresentação do relatório pela deputada Maria José Castelo Branco (PSD), foi o mesmo aprovado, por unanimidade dos deputados presentes do PSD, do PS e do CDS-PP, registando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

13. Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 723/2009 relativo ao quadro jurídico comunitário aplicável ao Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC) [COM(2012)682]

Na sequência da apresentação do relatório pela deputada Elza Pais (PS), foi o mesmo aprovado, por unanimidade dos deputados presentes do PSD, do PS e do CDS-PP, registando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

14. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO sobre conteúdos no mercado único digital COM (2012)789

Apreciada liminarmente a iniciativa, a Comissão deliberou não efetuar escrutínio.

15. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - O sistema das escolas europeias em 2011 [COM(2012)797]

Apreciada liminarmente a iniciativa, a Comissão deliberou efetuar escrutínio, tendo sido indicada como relatora a deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP). O relatório será apreciado na reunião de 12 de fevereiro.

16. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que sobre a extinção da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e a integração das suas funções na Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), requer as audições do Presidente demissionário do Conselho Executivo da Fundação para a Computação Científica Nacional e dos três cientistas que escreveram uma carta, a 21 de Dezembro de 2012, ao Sr. Ministro da Educação e da Ciência a alertarem para as consequências negativas da extinção da FCCN e da sua integração na FCT, nomeadamente, Carlos Salema (ex-presidente da JNICT e da FCCN), Luís Magalhães (ex-presidente da FCT e da UMIC) e João Sentieiro (ex-presidente da FCT).

O requerimento foi apresentado pela deputada Elza Pais (PS), que realçou o interesse em se conhecerem as razões da demissão dos membros do Conselho Executivo da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e o diálogo do Governo com o mesmo, bem como para se esclarecer a posição de três cientistas, ex-dirigentes daquela Fundação e da Fundação para a Ciência e Tecnologia, que se manifestaram contra a extinção daquela entidade.

Interviu de seguida a deputada Isilda Aguincha (PSD), referindo que o PSD entende que a Secretária de Estado da Ciência deu todos os esclarecimentos na audição de 9 de janeiro, considerando que a audição agora requerida não é oportuna.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu que o seu grupo parlamentar também entende que a audição é inoportuna, pelas razões referidas acima.

A terminar, a deputada Elza Pais lamentou que se impeça o aprofundamento do esclarecimento em relação a esta matéria.

O requerimento foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos do PS, registando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

17. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

18. Data da próxima reunião

Dia 29.janeiro.2013

A reunião foi encerrada às 17:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de janeiro 2012

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 29 de janeiro de 2013.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Elza Pais
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
João Prata
Laurentino Dias
Luísa Salgueiro
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Odete João